

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Mendonça foi decisivo no pedido de perdão de Flávio Bolsonaro

O ministro André Mendonça foi nomeado para o Supremo Tribunal Federal (STF) por indicação do então presidente da República, Jair Bolsonaro (PL). Mas, por trás de Bolsonaro estava sua mulher, Michelle. Essa, sim, fez campanha aberta pela posse do ministro, evangélico como ela própria.

A então primeira-dama tomou André Mendonça pelo braço e percorreu gabinetes de Brasília, especialmente do Senado Federal, em busca de apoio à aprovação do nome do ex-advogado-geral da União pelos senadores.

Era um momento difícil da relação do presidente da República com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), na época um poderoso ex-presidente da Casa que elegeu seu sucessor.

Alcolumbre segurou por três meses a realização da sabatina, até que o chefe do Executivo cedesse a suas cobranças por benesses. Da mesma forma que fez agora como presidente do Senado, barrando a indicação para o STF do advogado-geral da União, Jorge Messias, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Michelle Bolsonaro (PL) não se fez de rogada. Insistiu e consegui fazer de Mendonça ministro do STF. Empolgada com a aprovação, foi filmada dançando, pulando e rezando em “dom de línguas” (glossolalia), uma linguagem espiritual ininteligível comum em igrejas pentecostais e neopentecostais.

No meio político, vê-se André Mendonça como mais michelista do bolsonarista.

DORA KRAMER

Jornalista e comentarista de política

Direita profissional acha Flávio amador

O PL chega à sua convenção nacional sem conseguir atrair parceiros para formar uma coligação. O fato em si não é determinante para o desempenho de candidaturas. Em 2018, o PSDB de Geraldo Alckmin formou a mais ampla das alianças e terminou a eleição com menos de 5% dos votos.

O problema é a razão pela qual a campanha de Flávio Bolsonaro tem recebido explícitas e constrangedoras negativas de adesão por parte da direita profissional, que não se dá bem com amadorismos. Veterano no ramo, Valdemar Costa Neto chamou atenção para o despreparo. O senador e companhias podem ser bons de lacrações, mas são ruins no jogo da política.

Surpreendem-se com a resistência do centrão em aderir por falta de conhecimento sobre o terreno onde pisam. Contavam que os partidos cairiam no colo dos Bolsonaros por gravidade, identificação ideológica e rejeição ao PT de Luiz Inácio da Silva.

E é exatamente dessa forma que os aliados do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) entenderam a decisão do ministro, nesta quarta-feira, 22, autorizando a Polícia Federal a investigar os repasses ao filme Dark Horse.

A Diretoria de Combate ao Crime Organizado e à Corrupção da PF vai apurar como foram aplicados os aproximadamente R\$ 61 milhões que o ex-banqueiro Daniel Vorcaro mandou para o filme a pedido de Flávio.

Não é uma apuração fácil, nem rápida. Deve durar alguns meses. Pode mesmo ultrapassar o mês das eleições, outubro, ou chegar perto.

A equipe da campanha eleitoral e o comando do PL viram na decisão de André Mendonça um gesto em favor de Michelle com grande potencial de influir negativamente na derrota do filho do ex-presidente da República e pré-candidato Palácio do Planalto. Afinal, a queda de Flávio Bolsonaro nas pesquisas começou quando foi revelado seu telefonema pedindo dinheiro para Daniel Vorcaro.

Pior. A queda se acentuou muito no eleitorado feminino e evangélico a partir do o vídeo em que Michelle denunciou ter sido maltratada pelo enteado. Segundo ela, Flávio nem sequer lhe dirigia a palavra ao entrar em sua casa para ver o pai.

O pré-candidato foi convencido, então, a gravar o vídeo divulgado nesta quinta-feira, 23, com pedidos explícitos de desculpas à madrasta e convidando-a a participar de sua campanha. Michelle curtiu o vídeo e respondeu, nas redes sociais, que aceita como um pedido de desculpas a genuflexão daquele que considera seu agressor.

Quem conhece o clã Bolsonaro, sabe que o rancor é um sentimento que eles não costumam ignorar. Guardam no freezer para liberar no momento propício.

Consideraram o campo da direita como fava contada, que seria submissa às ordens dadas. Ignoraram que esse pessoal esteve com Lula nos primeiros governos, neste ainda ocupa ministérios e atua no mercado futuro da melhor oferta.

Essas cobras criadas têm as antenas bem afinadas e narizes especialmente treinados para detectar a formação de tempestades, bem como não exibem dificuldade em fazer cara de paisagem ante as atribulações que assolam a candidatura do filho de Jair.

A recusa ao embarque nessa canoa pode não ficar restrita ao primeiro turno. A depender do rumo das coisas, pode chegar ao segundo com atividade restrita a braços cruzados no camarote.

O time dos profissionais prefere investir na eleição de Parlamento forte para enfrentar um Lula reeleito sem perspectiva de continuidade no poder do que ver Flávio na cadeira presidencial com direito à reeleição em 2030.

Para a fila de postulantes para daqui a quatro anos, é um bom negócio se ver livre das trapalhadas da família, cujo teatro da vulgaridade, travestida de autenticidade de resultados, a descendência não consegue sustentar.

EDITORIAL

Nicarágua, a Coreia do Norte das Américas

A decisão do governo de Daniel Ortega de eliminar, na prática, a possibilidade de eleições livres e competitivas na Nicarágua representa mais do que um novo capítulo do autoritarismo latino-americano. Trata-se da consolidação de um modelo político que substitui a vontade popular pela permanência indefinida no poder, enfraquecendo as instituições democráticas e aprofundando o isolamento internacional do país.

Ao longo dos últimos anos, Ortega promoveu uma escalada de medidas que reduziram drasticamente o espaço para a oposição, a imprensa independente e a sociedade civil. A prisão de adversários políticos, o fechamento de organizações não governamentais, a perseguição a lideranças religiosas e o controle sobre os Poderes do Estado já indicavam que a democracia nicaraguense havia sido severamente comprometida. O abandono definitivo de eleições com condições mínimas de legitimidade apenas oficializa uma realidade que vinha sendo construída gradualmente.

As consequências dessa decisão vão muito além das fronteiras nacionais. Países democráticos tendem a ampliar sanções econômicas e diplomáticas contra integrantes do governo e instituições ligadas ao regime. Organismos internacionais poderão intensificar a pressão política, enquanto investidores estrangeiros devem enxergar a Nicarágua como um ambiente cada vez mais inseguro para negócios. A previsibilidade jurídica, indispensável para o desenvolvimento econômico, perde espaço diante da concentração absoluta de poder.

O impacto também recai sobre a população. O isolamento internacional pode restringir investimentos, reduzir oportunidades de emprego e estimular uma nova onda migratória. Muitos nicaraguenses, especialmente jovens, passam a buscar perspectivas em outros países, agravando a perda de capital humano e aprofundando a crise social.

Além disso, o caso nicaraguense lança um alerta para a região. A normalização de governos que eliminam mecanismos democráticos enfraquece o compromisso continental com o Estado de Direito. Quando eleições deixam de ser instrumentos de alternância de poder, toda a arquitetura institucional construída após décadas de redemocratização torna-se mais vulnerável.

É verdade que governos soberanos possuem autonomia para definir seus sistemas políticos. No entanto, essa soberania não elimina responsabilidades perante tratados internacionais, compromissos democráticos e direitos fundamentais. A legitimidade de um governo não decorre apenas da força do Estado, mas da possibilidade de seus cidadãos escolherem livremente seus representantes.

Ao extinguir a competição eleitoral, Daniel Ortega não apenas fecha as portas da democracia. Também aproxima a Nicarágua de um cenário de crescente isolamento político, dificuldades econômicas e perda de credibilidade internacional. A história demonstra que regimes sustentados pela ausência de pluralismo podem preservar o poder por algum tempo, mas raramente conseguem assegurar estabilidade, prosperidade e reconhecimento duradouros.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

campinas.correiodamanha.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal